



Televisão Anhanguera S.A.
CNPJ/MF 01.534.510/0001-01
BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
RELATÓRIO DA DIRETORIA

A diretoria da **TELEVISÃO ANHANGUERA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem apresentar aos senhores acionistas e ao público em geral as Demonstrações Financeiras do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como colocar à disposição, dos interessados, os documentos suporte e informações que trata a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e alterações posteriores, os CPC's, os quais podem ser solicitados na sede social da sociedade, Rua Tomaz Edson, nº 400, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, durante o expediente comercial.

Goiânia, 10 de abril de 2017.

JAIME CÂMARA JÚNIOR
Diretor Presidente

BRENO MACHADO
Diretor Vice-Presidente

TASSO JOSÉ DA CÂMARA
Diretor Superintendente

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	635	553	Fornecedores	11	2.248	2.143
Aplicações financeiras	5	44.849	121.334	Empréstimos e financiamentos	12	1.855	1.870
Contas a receber de clientes	6	14.079	16.742	Obrigações tributárias	13	628	700
Impostos a recuperar		4.109	968	Obrigações sociais e trabalhistas	14	9.758	9.511
Outros ativos circulantes		866	780	Adiantamentos de clientes		461	338
				Dividendos a pagar	16	5.709	10.738
		<u>64.538</u>	<u>140.377</u>			<u>20.659</u>	<u>25.300</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	232	65	Empréstimos e financiamentos	12	2.430	4.253
Depósitos judiciais	15	826	705	Obrigações tributárias	13	88	186
Investimentos		58	58	Impostos diferidos	7	2.938	6.355
Propriedades para investimento	8	482	482	Provisões para riscos	15	2.322	3.565
Imobilizado	9	62.154	65.826			<u>7.778</u>	<u>14.359</u>
Intangível	10	3.092	3.317	Patrimônio líquido			
		<u>66.844</u>	<u>70.453</u>	Capital social	16	66.253	66.253
				Reserva de capital		55	55
				Reserva de reavaliação	16	7.394	7.537
				Reservas de lucros		29.243	97.326
						<u>102.945</u>	<u>171.171</u>
Total do ativo		<u>131.382</u>	<u>210.830</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>131.382</u>	<u>210.830</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Receita líquida dos serviços prestados	18	94.663	108.147
Custo dos serviços prestados	19	(57.491)	(55.923)
Lucro bruto		<u>37.172</u>	<u>52.224</u>
Despesas e receitas operacionais			
Comerciais	20	(11.660)	(9.840)
Gerais e administrativas	21	(14.148)	(15.519)
Tributárias	22	(618)	(602)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	23	945	451
		(25.481)	(25.510)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>11.691</u>	<u>26.714</u>
Resultado financeiro, líquido	24	11.144	14.338
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>22.835</u>	<u>41.052</u>
Imposto de renda e contribuição social	7	(2.308)	(8.455)
Corrente		(2.308)	(8.455)
Diferido		3.359	(700)
		1.051	(9.155)
Resultado do exercício		<u>23.886</u>	<u>31.897</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado do exercício	23.886	31.897
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.051)	9.155
Juros sobre empréstimos provisionados	486	661
Depreciação e amortização	6.653	7.230
Rendimentos de aplicações financeiras não realizados	(11.278)	(15.811)
Provisão para participações nos resultados	1.948	1.280
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	366	(134)
Variação cambial, líquida	14	59
(Reversão) constituição de provisões para riscos, líquida	(1.243)	898
(Ganho) perda na alienação de ativos imobilizados	13	(6)
	<u>19.794</u>	<u>35.229</u>
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	2.131	2.356
Impostos a recuperar	(3.141)	(936)
Outros ativos circulantes	(85)	32
Depósitos judiciais	(122)	(82)
	<u>(1.217)</u>	<u>1.370</u>
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	91	(2.852)
Obrigações tributárias	124	(5.326)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.701)	2.657
Adiantamentos de clientes	123	(35)
	<u>(1.363)</u>	<u>(5.556)</u>
Caixa consumido pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.660)	(4.171)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(70)	(661)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>14.484</u>	<u>26.211</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(72.009)	(63.837)
Resgate de aplicações financeiras	159.772	53.531
Empréstimos a partes relacionadas	-	73
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.769)	(4.589)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	-	49
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	<u>84.994</u>	<u>(14.773)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.254)	(1.736)
Pagamento de dividendos	(97.142)	(10.649)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(99.396)</u>	<u>(12.385)</u>
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>82</u>	<u>(947)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	553	1.500
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>635</u>	<u>553</u>
	<u>82</u>	<u>(947)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	23.886	31.897
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>23.886</u>	<u>31.897</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de Reais)

Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>66.253</u>	<u>55</u>	<u>7.670</u>	<u>4.517</u>	<u>67.355</u>	-	<u>145.850</u>	
Resultado abrangente do exercício								
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	31.897	31.897
Total de resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	31.897	31.897
Transações com acionistas e reservas								
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(133)	-	-	133	-	
Constituição de reserva legal	16.c	-	-	1.595	-	(1.595)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	(7.609)	(7.609)	
Estorno de dividendos	-	-	-	-	1.033	-	1.033	
Retenção de lucros	-	-	-	-	22.826	(22.826)	-	
Total de transações com acionistas e reservas	-	-	(133)	1.595	23.859	(31.897)	(6.576)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>66.253</u>	<u>55</u>	<u>7.537</u>	<u>6.112</u>	<u>91.214</u>	-	<u>171.171</u>	
Resultado abrangente do exercício								
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	23.886	23.886
Total de resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	23.886	23.886
Transações com acionistas e reservas								
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(143)	-	-	143	-	
Constituição de reserva legal	16.c	-	-	1.194	-	(1.194)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d	-	-	-	-	(5.709)	(5.709)	
Dividendos adicionais destinados sobre as reservas de lucro	-	-	-	-	(86.403)	-	(86.403)	
Retenção de lucros	-	-	-	-	17.126	(17.126)	-	
Total de transações com acionistas e reservas	-	-	(143)	1.194	(69.277)	(23.886)	(92.112)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>66.253</u>	<u>55</u>	<u>7.394</u>	<u>7.306</u>	<u>21.937</u>	-	<u>102.945</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JAIME CÂMARA JUNIOR
 Diretor Presidente

BRENO MACHADO
 Diretor Vice-Presidente

TASSO JOSÉ DA CÂMARA
 Diretor Superintendente

CLÁUDIA TEREZA CONSTANTINO TOLEDO
 Contadora CRC/GO - 12056/O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Televisão Anhanguera S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma emissora de televisão aberta, fundada em 11 de janeiro de 1965 afiliada em termos operacionais à "Rede Globo de Televisão" no Estado de Goiás, que opera por meio de concessão regulamentada pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, expedida pelo Ministério das Comunicações. A sede administrativa encontra-se localizada à Rua Tomaz Edson, Número 400, Quadra 7, Bairro Serrinha, na cidade de Goiânia-GO.

A Companhia é uma controlada da OJC Administração e Participações S.A., que detém 88,96% de suas ações ordinárias.

A Televisão Anhanguera opera o sinal digital desde julho de 2008, sendo uma das pioneiras a adotar o sistema digital No Brasil. As licenças federais exigidas para as atividades de transmissão de TV são concedidas pelas autoridades governamentais e aprovadas pelo Congresso Nacional. Além disso, as licenças para transmissão de TV são concedidas separadamente, por localidade. As licenças não são exclusivas, expiram após uma data pré-determinada (15 anos para TV) e são renováveis mediante solicitação por um período similar. Considerando que as licenças para a televisão analógica expiraram, a Companhia realizou solicitação de renovação. A administração entende que as licenças para as quais a renovação foi solicitada, e estão pendentes de aprovação pelas autoridades governamentais, serão renovadas, uma vez que a Companhia atende aos requisitos necessários para obtenção dessas aprovações. A Companhia pode continuar a utilizar o direito de exploração das transmissões para a televisão analógica até que o processo de renovação das licenças seja concluído. As licenças relativas à transmissão de sinal digital expiram em várias datas entre 2017 e 2025.

A Companhia mantém acordo operacional, mediante contrato com a Rede Globo de Televisão ("Globo"), para as operações de transmissão de TV. Os contratos de rede possuem prazos limitados, com opção de renovação. A Companhia tem mantido o seu relacionamento de rede com a Globo continuamente por mais de 50 anos. O contrato de transmissão televisiva foi renovado de forma automática em 2013 e terá duração até 2019. Consequentemente, parte significativa do resultado da Companhia está atrelada a este acordo operacional.

2. Base de preparação
Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e esti-

mativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 06** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota Explicativa 07** - Realização do crédito tributário diferido
- **Nota Explicativa 09** - Vida útil do ativo imobilizado
- **Nota Explicativa 15** - Provisão para demandas judiciais

(a) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se a valores mantidos em fundos de investimentos marcados a mercado pelo valor da cota divulgada na data das demonstrações financeiras. Essas aplicações financeiras são classificadas como valor justo por meio do resultado.

(c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São demonstradas pelos valores faturados de competência até a data das demonstrações financeiras, reduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada com base na análise individual dos valores a receber, em montante considerado pela Administração, como suficientes para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos.

(d) Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, inferior aos custos de reposição ou aos seus valores de realização.

(e) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado



como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

(f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 09.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(g) Intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos separadamente ou gerados internamente e possuem vidas úteis definidas. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada desses ativos. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(i) Softwares

As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amortizadas conforme o período esperado de benefício futuro e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistema de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecido como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(h) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A Companhia avalia internamente, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro possui risco de perda. O reconhecimento ocorre somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal
- Probabilidade de o tomador declarar falência ou outra reorganização financeira
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Maiores clientes da carteira
- Condições econômicas nacionais ou locais.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível) são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de irreversibilidade foi registrada nos períodos apresentados.

(i) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

(j) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Como facultado pela legislação fiscal vigente, a Companhia adota o regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando se tornarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício.

(k) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual a Com-

panhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual. Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não derivativos ativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa. Os instrumentos ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos ativos são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos disponíveis para venda, (iii) Ativos mantidos até o vencimento; e (iv) Empréstimos e recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia tinha os ativos financeiros classificados na seguinte categoria:

(i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha "Receitas ou despesas financeiras".

Os empréstimos e os recebíveis compreendem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são classificados em passivos financeiros não mensurados ao valor justo e passivos financeiros mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis e incorridos, são reconhecidos no resultado na linha "Receitas ou despesas financeiras".

(l) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, desconto comerciais ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita somente é reconhecida quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador, o valor da receita possa ser estimado com segurança e quando for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela Companhia.

A receita decorrente da prestação de serviços de publicidade é reconhecida no momento da efetiva veiculação da publicidade, independente do faturamento ou recebimento.

(m) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das demonstrações financeiras.

(n) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (R1) Receitas e o CPC 17 Contratos de construção. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando todas as obrigações contratuais são atendidas.

A Companhia não concluiu a avaliação dos impactos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos e as suas características de fluxo de caixa são administrados.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de ativos e passivos financeiros.

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas".

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da CPC 48.

IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço



patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A avaliação preliminar da Companhia não identificou impactos significativos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	<u>635</u>	<u>553</u>

5. Aplicações financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo (a)	38.273	111.220
Aplicações em outros fundos de investimentos (b)	<u>6.576</u>	<u>10.114</u>
	<u>44.849</u>	<u>121.334</u>

(a) Aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo

Em 25 de agosto de 2010, foi constituído fundo exclusivo denominado "BB JC Fundo de Investimento em cotas de fundo de investimento", administrado pela instituição BB DTVM (Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) que, por sua vez, aplica em outros fundos de investimentos de renda fixa.

Conforme definido no regulamento do fundo de investimento, as cotas não possuem prazo de carência para resgates, os quais podem ocorrer a qualquer tempo.

Todas as aplicações nos fundos de investimentos estão marcadas pelo valor de cota do fundo divulgada na data das demonstrações financeiras, e o fundo adota o valor justo como critério de avaliação da sua carteira de ativos, motivo pelo qual não há perdas significativas quando do resgate.

Considerando que esse fundo é exclusivo do Grupo OJC, o referido fundo está sendo consolidado nas demonstrações da controladora OJC Administração e Participações S.A.

A seguir as características da carteira que compõe o referido fundo:

Fundo	31/12/2016	31/12/2015
	PL	PL
BB Top DI	65%	65%
BB Top Crédito Privado	-	11%
BB Top RF Arrojado	15%	15%
BB Atacado Misto	-	4%
BB Top Dólar	5%	5%
BB Top Governo	<u>15%</u>	-
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

BB Top DI - O fundo obrigatoriamente mantém no mínimo 80% de seu patrimônio em títulos Públicos Federais ou privados e valores mobiliários de renda fixa de emissor de baixo risco de crédito. A atuação no mercado de derivativos está limitada à realização de operação com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. As aplicações do fundo em conjunto com as dos fundos investidos em títulos Privados estão limitadas a 50% de seu patrimônio. O fundo mantém uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias.

BB Top Crédito privado - As aplicações do fundo são compostas por uma carteira de ativos de emissão pública ou privada de qualquer aspecto de risco de crédito, à exceção de estratégias que impliquem em assunção de risco de moeda estrangeira e de ações. A carteira do fundo apresenta prazo médio superior a 365 dias, sendo que, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido, estão relacionados à remuneração de taxas de juros domésticas, índices de preços ou ambos. O fundo poderá realizar operações em mercados derivativos, compatíveis à sua política de investimentos, com o objetivo de agregar rentabilidade aos recursos investidos, desde que tais operações não gerem exposição superior ao seu patrimônio líquido.

BB Top RF Arrojado - O fundo mantém ativos que acompanham as variações das taxas de juros domésticas, de índices de preços ou ambos, compostos por títulos públicos ou privados, pré ou pós-fixados, e outros ativos e/ou modalidades operacionais disponíveis. Mantém 80% de seu patrimônio em títulos federais ou ativos de baixo risco de crédito. As aplicações do fundo em conjunto com as dos fundos investidos em títulos privados estão limitadas a 50% de seu patrimônio. Estratégias que impliquem em riscos de moeda estrangeira, de renda variável ou de alavancagem não são efetuadas.

BB Atacado Misto - As aplicações do fundo são compostas por uma carteira de ativos de emissão pública e/ou privada à exceção de estratégias que impliquem em assunção de riscos de moeda estrangeira ou de renda variável. A carteira do fundo tem no mínimo 80% de patrimônio relacionado diretamente, ou sintetizados via derivativos, a taxa de juros domésticos. Para alcançar seus objetivos, o fundo pode compor uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias.

BB Top Dólar - O fundo mantém, no mínimo, 80% do seu patrimônio em ativos que estão relacionados, direta ou indiretamente, à variação do dólar norte americano. As aplicações do fundo em conjunto com outros fundos de investimentos são limitadas a 50% do seu patrimônio. O prazo médio da carteira é superior a 365 dias.

BB Top Governo - Carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, acompanhando a variação de taxas de juros domésticos, índice de preços ou ambos, composta isolada ou cumulativamente, por títulos e valores mobiliários públicos e privados, pré ou pós-fixados, operações compromissadas, bem como por ativos e/ou modalidades operacionais disponíveis no mercado, devendo manter 80% do PL, em ativos com baixo risco de crédito. Aplicações em títulos privados, estão limitadas a 50% de seu PL.

(b) Aplicações em outros fundos de investimento

i. Fundo Bradesco FIC UPPPER tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade através das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e pré-fixadas, índices de preço e moeda estrangeira, excluindo estratégias que impliquem em risco de renda variável.

ii. O Fundo pretende atingir seu objetivo investindo no mínimo 95% de seu patrimônio em cotas de Fundos de investimento de qualquer classe, que possuam como política de investimento aplicar seus recursos em títulos públicos e/ou privados de qualquer espectro de risco de crédito, com atuação ativa nos mercados de taxa de juros pós-fixados e pré-fixados, de índices de preços e moeda estrangeira, excluindo estratégias que impliquem em risco de renda variável. As operações nos mercados de derivativos desses fundos de Investimento devem se limitar a até uma vez o patrimônio líquido do fundo, vedado seu uso para alavancagem.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber	9.461	10.340
Contas a receber - Globo	4.762	5.459
Permutas	134	-
Outros	1.720	2.468
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.766)</u>	<u>(1.460)</u>
	<u>14.311</u>	<u>16.807</u>
Circulante	14.079	16.742
Não Circulante	232	65

Para determinar a recuperabilidade das contas a receber de clientes é considerada qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período do relatório. Exceto pelo contas a receber com a Rede Globo, a concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente. O saldo de contas a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está distribuído conforme segue:

Operações com Órgãos Públicos

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	2.211	1.278
Vencidos até 60 dias	-	1.908
Vencidos de 61 a 90 dias	-	348
Vencidos de 91 a 180 dias	53	629
Vencidos de 181 a 360 dias	-	7
Vencidos acima de 361 dias	<u>1.433</u>	<u>2.054</u>
	<u>3.697</u>	<u>6.224</u>

Operações com Setor Privado

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	11.747	5.344
Vencidos até 60 dias	-	5.921
Vencidos de 61 a 90 dias	-	19
Vencidos de 91 a 180 dias	34	42
Vencidos de 181 a 360 dias	39	41
Vencidos acima de 361 dias	<u>560</u>	<u>676</u>
	<u>12.380</u>	<u>12.043</u>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>(1.766)</u>	<u>(1.460)</u>
--	----------------	----------------

Total 14.311 16.807

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios utilizados pela Companhia são: (i) títulos vencidos a mais de 1 ano em operações com setor privado; e (ii) títulos vencidos a mais de 5 anos para as operações com órgãos públicos.

O saldo de "Contas a receber de clientes" inclui valores vencidos, no final do exercício, de Entidades públicas federais, estaduais e municipais, apresentados no ativo não circulante, para os quais a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que a Administração entende que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.460	1.594
Constituições	458	242
Reversões e baixas	<u>(152)</u>	<u>(376)</u>
Saldo final	<u>1.766</u>	<u>1.460</u>

7. Imposto de renda e contribuição social

A composição dos saldos de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) diferidos é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo:		
Diferenças intertemporais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	600	474
Gratificações a diretores	205	484
Provisão para dissídio	244	-
Provisões para riscos	790	1.212
Prejuízo fiscal	<u>5.356</u>	<u>1.739</u>
	<u>7.195</u>	<u>3.909</u>
Passivo:		
IRPJ/CSLL diferidos sobre reavaliação	(3.827)	(3.855)
IRPJ/CSLL diferidos publicidade não faturada	(1.619)	(1.714)
Diferenças intertemporais nas operações com órgãos públicos (i)	(855)	(1.420)
IRPJ/CSLL sobre depreciação	<u>(3.832)</u>	<u>(3.275)</u>
	<u>(10.133)</u>	<u>(10.264)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(2.938)</u>	<u>(6.355)</u>

(i) Refere-se à diferença apurada entre os regimes de caixa e de competência nas transações realizadas com órgãos públicos.

Ativo:

A Companhia reconhece créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de outras diferenças intertemporais, e sua realização está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis, nos termos da legislação fiscal em vigor, além das expectativas de geração futura de lucros tributáveis da Companhia. Tais créditos não possuem prazo prescricional. Anualmente a Administração realiza avaliação sobre a capacidade de realização destes ativos.

Passivo:

A Companhia registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a diferença resultante pela adoção do regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas junto a órgãos públicos. Adicionalmente, está registrado nesta rubrica os impostos e contribuições relativos à reavaliação do ativo imobilizado, o que se constitui uma diferença temporária e dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada proporcionalmente à realização dos respectivos bens. A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício está demonstrada como segue:

	2016	2015
Resultado antes do IR e da CS	22.835	41.052
Alíquotas vigentes	34%	34%
Despesa nominal	(7.764)	(13.958)
Efeitos de IR e da CS sobre:		
- Gratificações	(19)	387
- Horário eleitoral (a)	5.748	4.823
- Perdas eventuais	(14)	-
- Brindes e Ofertas	(59)	(56)
- Dissídio	(244)	141
- Outros	44	210
Despesa corrente	(2.308)	(8.455)
Efeitos de IR e da CS diferido sobre:		
- Movimentação de operação com Órgão Público	564	365
- Movimentação de PDD e Contingência	3.285	(659)
- Movimentação sobre depreciação	(557)	(556)
- Provisão de receita	67	149
Receita (despesa) diferida	3.359	(700)
Total geral efetiva registrada	1.051	(9.155)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.308)	(8.455)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.359	(700)
Alíquota efetiva	5%	22%

(a) Conforme disposto na lei, compensação fiscal pela divulgação gratuita da propaganda partidária ou eleitoral ocorre apenas para o imposto de renda, conforme Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 2 / 2006, Decreto nº 2.814 de 22 de outubro de 1998, Decreto nº 2.516 de 20 de junho de 2000, Decreto nº 3.786, de 10 de abril de 2001, Decreto nº 5.331, de 4 de janeiro de 2005, Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995 e Lei nº 12.034 de 29 de setembro de 2009.

8. Propriedades para investimento

Refere-se a imóveis que estão disponíveis para venda reconhecidos ao valor de custo de aquisição que não excede o valor justo, líquidos dos custos de venda.

	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos destinados à venda	244	244
Edificações destinadas à venda	238	238
	482	482

O demonstrativo dos valores justos estimados é apresentado a seguir:

Item do ativo	Valor Justo	
	2016	2015
- Terrenos	872	128
- Edificações	652	415
	1.524	543

9. Imobilizado

	31/12/2016		31/12/2015		Vida útil (Anos)
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	3.374	-	3.374	-	-
Edificações	34.039	(6.762)	27.277	27.789	25 a 50
Instalações	4.011	(2.607)	1.404	1.589	10
Máquinas e equipamentos	45.610	(22.057)	23.553	24.741	8 a 15
Móveis e utensílios	2.620	(1.778)	842	1.075	10
Motores e aparelhos	2.072	(1.288)	784	789	8 a 15
Ferramentas e acessórios	33	(22)	11	3	8 a 10
Veículos	8.582	(7.615)	967	1.410	5
Computadores e periféricos	12.064	(10.084)	1.980	2.241	5
Imobilizações em andamento (a)	1.824	-	1.824	2.699	-
Beneficiárias em imóveis de terceiros	385	(247)	138	116	5 a 10
	114.614	(52.460)	62.154	65.826	

(a) Refere-se substancialmente a compras de máquinas e equipamentos em andamento.

A Companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado por seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao "CPC 27 - "Imobilizado" e ao "ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43".

A movimentação do imobilizado líquido em 2016 e de 2015 é demonstrada a seguir:

	Movimentações					
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (i)	31/12/2016
Terrenos	3.374	-	-	-	-	3.374
Edificações	27.789	-	(1)	(654)	143	27.277
Instalações	1.589	-	-	(185)	-	1.404
Máquinas e equipamentos	24.741	59	(9)	(2.815)	1.577	23.553
Móveis e utensílios	1.075	1	(2)	(246)	14	842
Motores e aparelhos	789	159	(17)	(164)	17	784
Ferramentas e acessórios	3	8	-	(1)	2	12
Veículos	1.410	11	-	(454)	-	967
Computadores e periféricos	2.241	16	(2)	(906)	630	1.979
Imobilizações em andamento	2.699	3.709	(1.176)	-	3.407	1.825
Beneficiárias em imóveis de terceiros	116	-	-	(34)	55	137
	65.826	3.963	(1.207)	(5.459)	(969)	62.154

(i) Transferências realizadas para a rubrica intangível para melhor apresentação dos ativos.

	Movimentações					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (i)	31/12/2015
Terrenos	3.334	40	-	-	-	3.374
Edificações	27.237	27	-	(638)	1163	27.789
Instalações	1.739	36	-	(186)	-	1.589
Máquinas e equipamentos	25.093	5	(27)	(2.681)	2351	24.741
Móveis e utensílios	1.209	12	(3)	(253)	110	1.075
Motores e aparelhos	874	45	(8)	(159)	37	789
Ferramentas e acessórios	4	-	-	(1)	-	3
Veículos	2.152	-	-	(1.042)	300	1.410
Computadores e periféricos	2.410	16	(5)	(1.006)	826	2.241
Imobilizações em andamento	4.116	4.403	-	-	(5.820)	2.699
Beneficiárias em imóveis de terceiros	18	-	-	21	119	116
	68.186	4.584	(43)	(5.987)	(914)	65.826

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia ao empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 8.333.

10. Intangível

	31/12/2016		31/12/2015		Vida Útil (anos)
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Softwares	14.670	(11.577)	3.092	3.317	5

A movimentação do ativo intangível em 2016 e de 2015 é como a seguir:

	Movimentações					
	31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (i)	31/12/2016
Softwares	3.317	-	-	-	(969)	3.092

(i) Transferências realizadas da rubrica de imobilizado.

	Movimentações					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2015
Softwares	3.641	6	-	(1.244)	914	3.317

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos intangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

11. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	1.923	1.734
Fornecedores estrangeiros (Nota 26)	23	120
Notas de débitos emitidas contra partes relacionadas (a)	142	150
Permutas	160	139
	2.248	2.143

(a) As notas de débitos referem-se aos valores cobrados à título de rateio de gastos administrativos comuns às atividades do grupo.

12. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Juros médios - %	Vencimento Final	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A	Pré-fixada	10%a.a.	01/01/2019	4.285	6.123
Circulante				1.855	1.870
Não circulante				2.430	4.253

Os empréstimos referem-se a créditos financiados com recursos de, (a) Fundo constitucional de financiamentos do Centro-Oeste (FCO).

A movimentação do exercício é como segue:

	31/12/2015	Adições	Juros	Pagamentos	Descontos	31/12/2016
Consolidado						
Banco do Brasil	6.123	-	486	(2.254)	(70)	4.285

É apresentado abaixo, o vencimento dos montantes reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	31/12/2016	31/12/2015
-----	------------	------------



2017		1.823
2018	1.823	1.823
2019	607	607
	<u>2.430</u>	<u>4.253</u>

Garantias cedidas

Os financiamentos são garantidos por avais, fianças dos sócios, pelos próprios equipamentos e por uma parcela do imóvel da sede administrativa da Companhia.

Cláusulas restritivas

Não existem cláusulas restritivas vinculadas a índices financeiros. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente o atendimento das premissas estabelecidas pelos contratos de empréstimos com cláusulas restritivas e entendem estar cumprindo todas as cláusulas restritivas desses empréstimos.

13. Obrigações tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS a recolher	618	624
PIS e COFINS diferidos sobre receitas com órgãos públicos	87	186
Outros impostos e taxas a recolher	11	76
	<u>716</u>	<u>886</u>
Circulante	628	700
Não circulante	88	186

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para férias	2.721	2.517
Gratificações a pagar	2.116	1.280
Salários a pagar	1.668	1.498
Encargos a recolher sobre salários	1.404	1.192
Encargos a recolher sobre férias	358	447
Outras obrigações sociais a recolher	<u>1.491</u>	<u>2.577</u>
	<u>9.758</u>	<u>9.511</u>

15. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos nas esferas administrativa e judicial perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, são constituídas provisões para riscos, incluindo principal e encargos. Estas provisões são consideradas pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Provisão	judicial	Líquido	Provisão	judicial	Líquido
Cíveis (a)	2.127	(105)	2.022	2.737	(105)	2.632
Tributárias (b)	-	(594)	(594)	494	(382)	112
Trabalhistas (c)	95	(127)	(32)	234	(218)	16
Honorários Advocatícios	100	-	100	100	-	100
	<u>2.322</u>	<u>(826)</u>	<u>1.496</u>	<u>3.565</u>	<u>(705)</u>	<u>2.860</u>

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais é como segue:

	Provisão para riscos							
	2015				2016			
	Inicial	Baixas	Adições	Final	Inicial	Baixas	Adições	Final
Cíveis	1.942	-	795	2.737	2.737	(695)	85	2.127
Tributárias	465	-	29	494	494	(494)	-	-
Trabalhistas	160	-	74	234	234	(172)	33	95
Honorários Advocatícios	100	-	-	100	100	-	-	100
	<u>2.667</u>	<u>-</u>	<u>898</u>	<u>3.565</u>	<u>3.565</u>	<u>(1.361)</u>	<u>118</u>	<u>2.322</u>

	Depósitos judiciais			
	2015		2016	
	Inicial	Baixas	Adições	Final
Cíveis	105	-	105	105
Tributárias	382	-	-	382
Trabalhistas	136	-	82	218
	<u>623</u>	<u>-</u>	<u>82</u>	<u>705</u>

As principais provisões referentes a perdas prováveis, registradas na contabilidade são as que seguem:

(a) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, existem 03 ações judiciais no valor de R\$ 2.036 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2015), que corresponde a processo de indenização de dano moral à imagem.

(b) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2016 existe 01 ação judicial no valor de R\$ 594 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2015), que corresponde a processo envolvendo a discussão de débitos relativos ao Salário Educação.

(c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, existem 05 ações judiciais no valor de R\$ 95 (06 ações em 2015 no valor de R\$ 218), de natureza trabalhista, originadas principalmente de desligamentos de profissionais. Os pedidos mais frequentes referem-se há horas extras, diferencial de salário, adicional de insalubridade, encargos sociais, entre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica.

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos. Em 31 de dezembro de 2016, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$ 704 (R\$ 2.569 em 31 de dezembro de 2015), sendo este saldo composto, substancialmente, por causas de natureza tributária.

Os assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

16. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é composto por 66.253.288 (sessenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

b. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da Companhia, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social, correspondentes, estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação é realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

A realização da reserva de reavaliação ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
Saldo inicial	7.537	7.670
(+) Realização da reserva de reavaliação	<u>(143)</u>	<u>(133)</u>
Saldo final	<u>7.394</u>	<u>7.537</u>

c. Reservas de lucros**(i) Reserva legal**

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

A movimentação da reserva legal é como segue:

	2016	2015
Saldo inicial	6.112	4.517
(+) Constituição da reserva legal	1.194	1.595
Saldo final	7.306	6.112

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após a constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

d. Dividendos

O Estatuto confere dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, acrescido da parcela decorrente da reserva de reavaliação e deduzido da apropriação exigida em lei referente a reserva legal.

A base de distribuição de dividendos esta apresentada a seguir:

*** Demonstração da base de cálculo**

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	23.886	31.897
(-) Reserva legal	(1.194)	(1.595)
(-) Realização da reserva de reavaliação	<u>143</u>	<u>133</u>

Base de dividendos 22.835 30.435

Dividendos mínimos obrigatórios 5.709 7.609

*** Movimentação da rubrica de dividendos a pagar**

	2016	2015
Saldo inicial	10.738	14.811
Dividendos adicionais propostos	86.404	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5.709	7.609
Reversão de dividendos	-	(1.033)
Pagamento	<u>(97.142)</u>	<u>(10.649)</u>
Saldo final	<u>5.709</u>	<u>10.738</u>

Durante o exercício de 2016, a Companhia deliberou através de seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária pela distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 86.404, mediante utilização dos saldos de retenção de lucros.

17. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora OJC Administração e Participações S.A. e respectivas controladas direta e indiretamente, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas, praticadas em condições contratadas entre as partes, e seus efeitos são assim demonstrados:

Utilização de espaço para publicidade

Tendo em vista a característica do mercado em que a Companhia atua, é comum

ocorrerem espaços na grade de inserção de anúncios, em razão da ausência de publicidade paga. Quando isso ocorre, é alocada publicidade de responsabilidade social e comunitária e de outras Companhias do Grupo, sem remuneração. Essa prática, comum no setor de mídia, é denominada como preenchimento do "calhau", não gerando nenhum tipo de receita e/ou despesa para as Companhias do Grupo, uma vez que não existe valor/custo a ser alocado.

Rateio de despesas

A Companhia atua de forma integrada com as Companhias do Grupo e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das Companhias.

Os valores reembolsados (pagos) por parte relacionadas em 2016 e 2015 são:

	2016	2015
J. Câmara & Irmãos S.A.	1.513	1.270
Centro Norte de Comunicação Ltda.	1.057	1.235
TV Luziânia Ltda.	188	666
Televisão Rio Formoso Ltda.	1.137	985
Televisão Pirapitinga Ltda.	102	550
Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda.	779	710
SPC Sistema Paranaíba de Comunicações Ltda.	622	568
Anhanguera Comércio e Serviço Ltda.	416	245
Rádio Executiva Ltda.	427	424
Televisão Planalto Central Ltda.	175	224
Netcam Ltda.	164	55
Empresa Centro Oeste de Comunicação Ltda.	416	156
Rádio Araguaia Ltda.	647	517
Rádio Padre Luso Ltda.	102	152
Rádio Som Juventude Ltda.	97	121
Rádio Anhanguera S.A.	61	155
Rádio Som de Gurupi Ltda.	73	101
Gráfica e Editora O Popular Ltda.	395	209
Televisão Riviera Ltda.	1.307	1.118
TV Tocantins Ltda.	1.413	1.313
	<u>11.091</u>	<u>10.774</u>

Importante ressaltar que, a Companhia tem aprimorado de forma contínua os critérios de rateio das despesas comuns a todas as Companhias, assim como a formalização das suas políticas, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os critérios de rateio foram acordados entre as Companhias mediante "Contrato De Rateio De Despesas Administrativas" celebrado em 04 de janeiro de 2016 e "Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Rateio de Despesas Administrativas".

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, contempla pagamentos de sócios e diretores, que totalizou R\$ 3.232 (R\$ 3.901 em 2015), incluindo Pró-labore, salários e benefícios variáveis.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada pelo Comitê de Remuneração considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

18. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício.

	2016	2015
Composição da receita bruta		
Globo	54.679	64.560
Publicidades	32.662	35.154
Publicidade - Governo	11.747	12.327
Outras receitas	<u>1.515</u>	<u>1.992</u>
Receita operacional bruta	<u>100.603</u>	<u>114.033</u>
(-) Deduções		
Impostos incidentes sobre as vendas	(5.210)	(5.366)
Descontos, abatimentos e devoluções	<u>(730)</u>	<u>(520)</u>
Receita operacional líquida	<u>94.663</u>	<u>108.147</u>

19. Custos dos serviços prestados

	2016	2015
Comissões - Rede Globo	(21.599)	(20.283)
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(17.420)	(17.802)
Locações	(5.198)	(5.380)
Depreciações e amortizações	(3.469)	(3.433)
Direitos autorais	(5.087)	(4.114)
Serviços de terceiros	(851)	(1.236)
Despesa com manutenção	(622)	(852)
Outros custos dos serviços prestados	<u>(3.245)</u>	-
	<u>(57.491)</u>	<u>(55.923)</u>

20. Despesas comerciais

	2016	2015
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(4.905)	(3.705)
Pesquisas	(3.229)	(2.948)
Comissões	(1.080)	(958)
Devedores duvidosos	(518)	(164)
Depreciações e amortizações	(136)	(148)
Promoções e eventos	(422)	(374)
Propaganda e publicidade	(403)	(353)

	2016	2015
Outras despesas comerciais	(967)	(1.190)
	<u>(11.660)</u>	<u>(9.840)</u>
21. Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(5.646)	(1.692)
Depreciações e amortizações	(3.048)	(3.652)
Locações	(1.911)	(2.171)
Despesa com manutenção	(1.538)	(1.735)
Consultoria e auditorias	(1.134)	(640)
Outras despesas gerais e administrativas	<u>(871)</u>	<u>(5.629)</u>
	<u>(14.148)</u>	<u>(15.519)</u>

22. Despesas tributárias

	2016	2015
Taxas	(318)	(282)
IPTU / ITU	(130)	(111)
Outras despesas	<u>(170)</u>	<u>(209)</u>
	<u>(618)</u>	<u>(602)</u>

23. Outras receitas operacionais, líquidas

	2016	2015
Outras receitas		
Recuperação de despesas	747	81
Receitas com alugueis	237	326
Receitas eventuais	10	6
Receitas de brindes e ofertas	6	7
Ganho em alienações de ativos	(13)	11
Outras receitas	<u>18</u>	<u>120</u>
	<u>1.005</u>	<u>551</u>

Outras despesas

Perdas eventuais	(53)	(66)
Outras	<u>(7)</u>	<u>(34)</u>
	<u>(60)</u>	<u>(100)</u>
	<u>945</u>	<u>451</u>

24. Resultado financeiro líquido

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(486)	(661)
Variação cambial passiva	(34)	(155)
Juros de mora	(19)	(30)
Outros	<u>(20)</u>	<u>(907)</u>
	<u>(559)</u>	<u>(1.753)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento das aplicações	11.278	15.811
Variação cambial ativa	264	96
Juros ativos	<u>161</u>	<u>184</u>
	<u>11.703</u>	<u>16.091</u>
	<u>11.144</u>	<u>14.338</u>

25. Outras informações

Direitos de transmissão

A Companhia mantém, mediante contrato, direito exclusivo de transmissão, em televisão aberta de exibição da primeira divisão do campeonato de futebol profissional do Estado de Goiás. Os custos são reconhecidos quando os direitos se tornam disponíveis.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A Administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa, bancos, aplicações e empréstimos junto a instituições financeiras, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e de partes relacionadas.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria na tabela a seguir.

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros:		
<i>Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	635	553
Aplicações financeiras em fundos de investimentos	44.849	121.334
Contas a receber de clientes	14.311	16.807
Outros ativos circulantes	866	780
Passivos financeiros:		

Outros passivos mensurados ao custo amortizado

Fornecedores	2.248	2.143
Empréstimos e financiamentos	4.285	6.123
Dividendos a pagar	5.709	10.738

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de risco inerentes às operações do Grupo são expostos a seguir:

(a) **Risco de crédito:** decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, o Grupo acompanha rigorosamente a sua política de vendas e de aplicações financeiras, que inclui a análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante a análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar os riscos de inadimplência.

A Companhia acompanha os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

(b) **Risco de taxa de juros:** a Companhia está exposta a riscos relacionados à variação de taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos que poderão ter seus encargos financeiros reajustados sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30%.

(c) **Risco de taxa de câmbio:** a Companhia está exposta a riscos relacionados à taxa de câmbio, pois uma parcela do seu saldo de aplicações financeiras e contas a pagar, denominado em dólares norte-americanos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras vinculadas ao dólar	1.914	5.561
Contas a pagar em dólares norte-americanos	(23)	(120)
	<u>1.891</u>	<u>5.441</u>

Análise de sensibilidade: Em conformidade com o CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade do risco cambial, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário provável de variação das taxas de câmbio de seus ativos e passivos financeiros (USD), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

A seguir, é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações nas taxas de câmbio sobre a exposição cambial líquida da Companhia e os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia:

Descrição	Cenário I - Cenário II -	
	Cenário provável	Cenário deterioração de 50%
Exposição cambial líquida em R\$ na data base de 31/12/2016	1.891	1.891
Exposição em US\$ na data base de 31/12/2016	580	580
Taxa do US\$ em 31/12/2016	3,2591	3,2591
Taxa cambial estimada conforme cenários	3,40	4,25
Diferença entre as taxas	0,14	0,99
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$	81	574

(d) **Risco de liquidez:** o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações e diferentes moedas. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

(e) **Risco de capital:** a Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Jaime Câmara Junior Breno Machado Tasso José da Câmara
Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente Diretor Superintendente

Claudia T. C. Toledo
Contadora CRC GO 12056-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos
Acionistas e aos administradores da
Televisão Anhanguera S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Televisão Anhanguera S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Televisão Anhanguera S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Televisão Anhanguera S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outros auditores, os quais emitiram uma opinião com ressalva sobre essas demonstrações financeiras em 18 de abril de 2016, em decorrência do saldo da rubrica de reservas de lucros superar o valor do capital social naquela data.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 21 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-F-GO

Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2017**

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2017, às 10:00 (dez) horas, na sede social da **TELEVISÃO ANHANGUERA S.A.**, situada na Rua Tomas Edson, nº 400, Quadra 07, Bairro Serrinha, Goiânia, Goiás, CEP 74.835-130, reuniram-se os membros efetivos do Conselho Fiscal da **Televisão Anhanguera S.A.**, onde fizeram presentes os conselheiros, abaixo signatários, e a convite Sr. Marcelo José de Aquino e sócio da KPMG Auditores Independentes, após as análises das Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2016 e com lastro no parecer dos Auditores independentes, sobre as referidas demonstrações, deliberaram pela sua integral aprovação e consequente publicação, para que se cumpram suas obrigações e surta seus legais efeitos.

Goiânia, 21 de março de 2017

MEMBROS EFETIVOS:

JOSÉ FLÁVIO RODRIGUEZ

EDSON DA SILVA JÚNIOR

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ

Protocolo 11852